

A ANTROPOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA E SEUS FANTASMAS

As ilusões da liberdade, a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil, *de Matiza Corrêa*. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 1999, 488 pp.

Sérgio Carrara

Escrito originalmente como tese de doutoramento para o Departamento de Ciência Política da USP, este trabalho da antropóloga Mariza Corrêa esperou quatorze anos para ser publicado. Graças aos insondáveis desígnios do mercado editorial brasileiro e da

eficiência das copiadoras, o texto já vinha circulando desde 1984 em nosso meio acadêmico. Desde então, tem inspirado historiadores, sociólogos e antropólogos sociais interessados no estudo do desenvolvimento da ciência no Brasil — especialmente das chamadas ciências biológicas e sociais — e da atuação de algum de seus "braços armados" — como a psiquiatria, a medicina legal, a eugenia ou a higiene. Considerando o contexto intelectual em que a obra foi gestada (finais dos anos 70 e início dos 80), o leitor deve ter muito claro que ela expressa de modo exemplar algumas linhas de transformação que moldaram o atual perfil das ciências sociais brasileiras. O trabalho de Mariza Corrêa contribuiu decisivamente para consolidar abordagens hoje mais familiares e para

disseminar o interesse por certos temas e problemas. Foi assim referência fundamental para inúmeras outras dissertações e teses que, diferentemente dele, mereceram publicação bem mais precoce. Seu aparecimento em livro deverá ampliar ainda mais sua influência, permitindo que um número muito maior de leitores possa avaliar sua importância.

O objetivo mais geral do trabalho é o de produzir uma "leitura antropológica" (p. 27) da história da constituição da própria antropologia, particularmente da antropologia social, como disciplina autônoma no Brasil. Ainda hoje carentes de uma reflexão que estabeleça a especificidade de seus procedimentos, abordagens antropológicas de dados históricos eram muito mais raras à época em que *As ilusões da liberdade* foi escrito. Se é verdade que muitos antropólogos sociais brasileiros já tomavam então como objeto sua própria sociedade, poucos se dispunham a abandonar o clássico modelo do trabalho de campo para realizar análises inteiramente subsidiadas por fontes históricas. Ao construir a "leitura" que agora se publica, Mariza Corrêa foi portanto pioneira nesse tipo de abordagem. Aplicou ao material histórico coletado não somente os princípios teórico-metodológicos que já vinham orientando a observação antropológica em contextos mais tradicionais, mas agregou a eles ainda outros, hauridos tanto na filosofia da ciência de Thomas Kuhn quanto na história arqueológica de Michel Foucault. Articulando tais princípios, a autora procurou, antes de mais nada, afastar qualquer ilusão presentista, colocando entre parênteses a organização disciplinar que hoje nos é familiar. Em seu trabalho, a crítica a uma abordagem anacrônica do passado amplia e desdobra a crítica à abordagem etnocêntrica de sociedades não-ocidentais, já então central para a antropologia social. Conforme escreve Corrêa: "Para compreendermos o universo em que se moviam os autores que estaremos analisando aqui, é preciso deixar de lado as demarcações institucionais e teóricas que definem as fronteiras dos vários campos científicos tais como os conhecemos atualmente e tentar recuperar o sentido que estes autores davam aos conceitos que utilizavam em seu próprio momento histórico" (p. 29). É sobre essa postura mais geral que a autora desenhará um movimento intrigante e paradoxal, voltando aos próprios antropólogos o olhar relativizador que eles haviam desenvolvido para a exploração de realidades aparentemente mais distantes.

Tal abolição preliminar de fronteiras e demarcações supõe, é claro, uma concepção radicalmente não-positivista da ciência, considerando-a não como um espelho mais ou menos fiel da realidade, mas como trabalho ativo de construção dessa mesma realidade. Isso implica abordar a ciência como atividade eminentemente política, como faz a autora de um modo bastante elegante. E, para Corrêa, a ciência é atividade política em um duplo sentido. De um lado, intimamente associado ao modo pelo qual o poder se exerce nas sociedades modernas, o empreendimento científico tem consequências práticas para os indivíduos ou os grupos sociais sobre os quais se aplica e cujas identidades ajuda a consolidar. De outro, em sua realidade quase "totêmica", as teorias, os métodos e os fatos operam também como sinais diacríticos no âmbito da organização do mundo intelectual, pautando as disputas de poder entre os próprios cientistas. Mariza Corrêa confere assim importância crucial à análise da prática ou atuação profissional concreta de seus "informantes". E, para a compreensão de seu mundo, vai além das grandes disputas acadêmicas, perseguindo, como diz, as "pequenas informações, as intrigas de bastidores, as acusações de bruxaria..." (p. 27), tão importantes para os antropólogos desde Malinowski.

Assim, a "leitura antropológica" proposta pela autora se constrói em clara oposição à maioria dos relatos históricos que haviam sido produzidos até o início dos anos 80 sobre o desenvolvimento da disciplina. Neles, como ela afirma, conjurava-se o passado mais para estabelecer, consolidar e justificar as fronteiras disciplinares e os alinhamentos ideológicos do presente do que para compreender os antepassados em seus próprios termos. Mariza Corrêa não deixa, entretanto, de perceber os limites de tal abordagem e não se deixa capturar por qualquer ingênua ilusão de neutralidade absoluta: "No final das contas, tentar fazer a história de qualquer disciplina pode ser um exercício ilusório, já que não podemos nos livrar do peso de nossa própria maneira atual de praticá-la, sem correr o risco de dissolver os contornos do objeto que nos propomos entender" (p. 45). E se não podemos dizer que a intenção de Mariza Corrêa é, ao contrário daqueles que ela critica, subverter fronteiras consagradas, definições canônicas e hierarquias consolidadas, é, sem nenhuma dúvida, problematizá-las de modo radical, revelando sua artificialidade irremissível, frutos que são de uma história e de uma cultura singulares. Desse

modo, a análise incorpora plenamente certas concepções que, à época em que Corrêa a desenvolvia, eram divulgadas por Michel Foucault. Ao que parece, é na proposta foucaultiana de uma história das ciências como arqueologia dos saberes que Mariza Corrêa encontra os meios de articular os métodos e as perspectivas da antropologia social e da história. Poderíamos dizer com Foucault que, também para Corrêa, "é preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos", e que "o saber, mesmo na ordem histórica, não significa 'reencontrar' e sobretudo não significa 'reencontrar-nos'. A história sendo efetiva na medida em que reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser"¹. É exatamente nos termos dessa "história efetiva", inquietantemente crítica, que a leitura antropológica de Mariza Corrêa enfrenta os fantasmas do passado de sua própria disciplina.

Conforme deixa entrever a autora, o "ser" do antropólogo social contemporâneo foi em muitos de seus aspectos plasmado a partir de uma "radical e definitiva ruptura teórica e metodológica", que, conforme diz, ocorreu nos anos 50 (p. 293). Tal ruptura transformaria alguns de "nossos antepassados", como Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Leonídio Ribeiro ou Arthur Ramos, "em seres completamente estranhos à imagem que os modernos antropólogos fazem de si mesmos". Imagem um tanto heróica, pode-se dizer, identificada à luta contra a discriminação racial e étnica e à radical afirmação da cultura como realidade *sui generis*, não redutível a determinismos psicológicos e, sobretudo, biológicos.

Um dos principais méritos do trabalho de Mariza Corrêa é justamente recuperar essa (para nós) estranha ordenação do saber sobre o humano que, até muito recentemente, supunha, sem gerar grandes sobressaltos, uma estrita continuidade entre os fenômenos biológicos, psicológicos e culturais. A autora vai então reatar esses "laços cuidadosamente ignorados, ou rompidos, nas análises cujo ponto de partida são definições contemporâneas do ofício do antropólogo" (p. 31), fazendo com que nos miremos no perturbador espelho da medicina legal, da antropologia criminal, da psiquiatria, da eugenia, conforme cultivadas por Nina Rodrigues — esse "cavaleiro solitário da ciência" nacional (p. 117) — e seus polivalentes "discípulos". E esse espelho do passado

que a autora desvela nos mostra que o berço da antropologia social contemporânea não consistiu apenas nos gabinetes metropolitanos, onde, como já se assumia em finais dos anos 70, as estratégias colonialistas das potências européias se instrumentalizaram. Ela também se desenvolveria ali onde os antropólogos sociais do mundo pós-colonial menos gostariam de vê-la: entre nós mesmos, em gabinetes de medicina legal, laboratórios de antropologia criminal, asilos psiquiátricos, prisões, tribunais e institutos de identificação. Era nesses espaços que a nascente antropologia brasileira comprometia-se com um projeto de "colonização interna", como diz a autora (p. 22), situando no âmbito de um mesmo afã civilizador e disciplinar o conhecimento e a intervenção não só sobre os "primitivos" ou as "raças inferiores", mas também sobre os loucos, as crianças, os criminosos, as mulheres, os homossexuais...

A narrativa concisa, precisa e envolvente da autora acompanha minuciosamente a trajetória que, entre os séculos XIX e XX, Raimundo Nina Rodrigues descreveu desde a sua saída do Maranhão até o estabelecimento definitivo na Bahia, retecendo os fios do contexto social, político e intelectual em que ele se movia. Sem deixar nunca de apontar o autoritarismo implícito no pensamento de quem defendia que a "igualdade política não podia compensar a desigualdade moral e física" (p. 176) supostamente existente entre as raças, os sexos ou as idades, Corrêa resgata o enorme legado deixado pelo médico maranhense para a ciência brasileira e, em particular, para a antropologia social. Conforme descrito por Corrêa, este legado comporta, para além de sua notável luta pela implantação de uma verdadeira cultura científica no país e pelo reconhecimento do valor social do conhecimento especializado, a valorização do trabalho empírico acurado e metódico e do método comparativo como meio privilegiado para operar generalizações a partir de estudos de caso. Nina Rodrigues e seus "discípulos" teriam ainda papel crucial na própria configuração de diferentes objetos de reflexão que ainda são os nossos, particularmente o tema das relações raciais, moldando em larga medida o "inconsciente", o não-pensado das ciências sociais brasileiras.

Mas se importa à autora inventariar tal legado, importa igualmente compreender por que ele foi esquecido ou tão desfigurado não somente pelos que se opunham às suas idéias mas principalmente por aqueles que, como Arthur Ramos, se diziam

(1) Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 2.

seus seguidores. Para a autora, a razão não reside apenas na incômoda proximidade entre medicina legal e antropologia que a trajetória de Nina Rodrigues corporificava. Mais decisivo, em seu entender, é que ele olhasse a sociedade brasileira a partir de uma perspectiva que negava frontalmente a ideologia irenista, tão cara ao projeto nacional que se consolidaria a partir dos anos 30, em cujos termos se difundiria o mito da democracia racial brasileira. Na ótica de Nina Rodrigues, conforme Corrêa a descreve, a história das relações raciais no Brasil deve ser lida como uma história marcada pela luta e pelo conflito e não por acomodações e aculturações progressivas. Mais do que a defesa de posições racistas, sua percepção do Brasil como nação dividida é que selaria tanto o seu esquecimento por longas décadas quanto o seu resgate pela autora. Para Corrêa, a opção de Nina Rodrigues em definir a diferença cultural de índios e negros como sinal de sua inferioridade "pode ser avaliada negativamente hoje, mas não podemos desconhecer a importância dessa lógica, em que a percepção da diferença e do conflito está presente, na fundamentação de uma perspectiva que só muito mais tarde seria retomada pelas ciências sociais no Brasil, com uma outra linguagem" (p. 155). Rearrumando a árvore genealógica da antropologia social brasileira, a análise de Corrêa busca explicitamente contribuir para o fortalecimento de uma perspectiva que terá no conflito e no poder as chaves para a compreensão da sociedade brasileira.

Enfim, como toda boa etnografia, *Ilusões da liberdade* não permite qualquer leitura fácil. O resultado geral da análise que Mariza Corrêa faz da história da implantação da antropologia no Brasil pode ser tudo, menos consolante. De um lado, o modo abrangente e corajoso como apresenta a atuação desses nossos antepassados e suas idéias não permite que as fronteiras da identidade profissional do antropólogo contemporâneo sejam estabelecidas pelos jogos fáceis do contraste ou da identificação. Em sua análise, eles emergem simultaneamente como nossos "parentes" e nossos "inimigos", nossos iguais e nossos antípodas. De outro lado, o modo cuidadosamente contextualizado ou relativizador como apresenta visões divergentes sobre a sociedade brasileira não convida nem à adoção nem à condenação de qualquer uma delas. Nesse sentido, em *As ilusões da liberdade* o leitor (antropólogo ou não) encontrará uma realização exemplar do projeto intelectual da antropologia social contemporânea: suspender todos os apoios e todas as certezas sobre as quais se edifica nossa consciência e, fazendo-a conversar com seus próprios fantasmas, abrir para nós a possibilidade de ver o mundo e a nós mesmos com um olhar inteiramente novo. Talvez não seja de fato outra a maneira de conquistar uma liberdade que seja algo além de mera ilusão.

Sérgio Carrara é antropólogo e professor do Instituto de Medicina Social da Uerj.